ATA Nº. 11/2016

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA DEZOITO DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E
DEZASSEIS.** -----

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha, -
A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Neste período, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que deu conta das próximas iniciativas municipais: -----

- Inauguração das obras de requalificação e ampliação realizadas na Vista Alegre, que ocorrerá no próximo dia 26 de maio e manhã de 27, e que contará com a presença de Sua Excelência o Presidente da República; -----

- A quarta edição do “Festival Rádio Faneca”, que regressará nos próximos dias 27, 28 e 29 de maio, voltando a animar o Jardim Henriqueta Maia, bem como as ruas e becos do Centro Histórico da Cidade de Ílhavo, envolvendo, ativamente e através das mais variadas atividades lúdicas e projetos artísticos a comunidade local, revisitando assim os recursos materiais e imateriais que cruzam a identidade histórica e cultural deste território; -----

- A inauguração (ativação), da Extensão de Saúde da Costa, que ocorrerá no próximo dia 24 de maio, pelas 16 horas. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 95, do dia dezassete de maio do ano de dois mil e

dezasseis, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 1.212.199,61 (um milhão, duzentos e doze mil, cento e noventa e nove euros e sessenta e um cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 878.992,78 (oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e noventa e dois euros e setenta e oito cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 10 da reunião ordinária realizada no dia quatro de maio do ano de dois mil e dezasseis. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

Não participou nesta votação o Sr. Vereador Paulo Sérgio Teixeira da Costa, por não ter estado presente na reunião a que respeita a Ata. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

EXPEDIENTE DIVERSO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Em minuta, foi deliberado tomar conhecimento do seguinte expediente: -----

- Ofício n.º 4435, datado de 16.maio.2016, emanado pelo Presidente da CMI, e dirigido ao Senhor Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, IP, relativo ao Relatório da Organização Mundial da Saúde, sobre a qualidade do ar na cidade de Ílhavo; -----

- Ofício emanado pelo “Centro 2020”, com o n.º 146, de 06.maio.2016, relativo à notificação de decisão final – 1ª fase, sobre a Avaliação Qualitativa PEDU/Ílhavo. -----

- Ofício emanado pelo “Centro 2020”, com o n.º 217, de 17.maio.2016, relativo à notificação de decisão final – 2ª fase – Negociação - PEDU/Ílhavo. -----

PROTOCOLO. -----

PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E A SOCIEDADE POLIS LITORAL – RIA DE AVEIRO, SA, RELATIVO À GESTÃO DO “CAIS DA GAFANHA DE AQUÉM” – RATIFICAÇÃO. -----

Presente o Protocolo referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente Protocolo. -----

JUNTAS DE FREGUESIA. -----
RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO (ENTRE JANEIRO E MAIO DE 2016) -
APRESENTADOS PELAS JUNTAS DE FREGUESIA DE: S. SALVADOR/ÍLHAVO;
GAFANHA DA NAZARÉ; GAFANHA DA ENCARNAÇÃO E GAFANHA DO
CARMO. -----

Presentes os Relatórios de Execução supra, aqui dados por integralmente transcritos: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes relatórios. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL: -----

PARECER PRÉVIO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA) –
COM O INVESTIGADOR: “JORGE MIGUEL BRANCO PEREIRA” – PROPOSTA. -

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. A informação da Direção do MMI, corroborada pelo Vereador da Cultura; -----

2. A informação da DAG/SRH, em anexo; -----

3. Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa,
nomeadamente: -----

a. O contratado tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as
finanças; -----

3.2. Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

b. A Câmara Municipal não tem conhecimento de que existam trabalhadores em
situação de requalificação no âmbito da CIRA. -----

3.4. Verifica-se o cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 35.º da Lei 7-A/2016, de 30/03
(LOE). -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35.º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei
n.º 7-A/2016, de 30/03, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, designadamente no
seu artigo 35.º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do
art. 20.º, e ainda no art. 32.º da Lei 35/2014, de 20/06, que a Câmara Municipal: -----

I– Se pronuncie favoravelmente sobre o parecer prévio; -----

II- Proceda à contratação em regime de prestação de serviços (avença) do Investigador Jorge Miguel Branco Pereira, pelo período de doze meses, renovável, e pelo valor mensal de 740,00€, acrescidos de IVA, se devido. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

13.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

APROVISIONAMENTO: -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PARA A “AMPLIAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DA VISTA ALEGRE” – INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 04.maio.2016, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato da empreitada referenciada em título, a celebrar com a firma: C. M. Carvalho – Unipessoal, Lda, pelo valor de 94.160,00 € (noventa e quatro mil, cento e sessenta euros). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da Câmara Municipal, em 19 de abril do corrente ano. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do S. Presidente da Câmara: -----

- “Deferido. Enviar à próxima reunião de Câmara para ratificação. -----

05.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PARA A EMPREITADA “CAMPO DE FUTEBOL DO NEGE – RELVADO SINTÉTICO” – INFORMAÇÃO/DESPACHO – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 06.maio.2016, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato da empreitada referenciada em título, a celebrar com a firma: Canas – Engenharia e Construção, SA, pelo valor de 201.678,41 € (duzentos e um mil, seiscentos e setenta e oito euros e quarenta e um cêntimos). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da Câmara Municipal, em 19 de abril do corrente ano. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do S. Presidente da Câmara: -----

“Deferido. Enviar à Câmara para ratificação. -----
09.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----
GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA C.M.I. PARA 2016 – 4ª
ALTERAÇÃO – PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----

Presentes os documentos referenciados em título, aqui dados aqui por integralmente transcritos, que importam nos seguintes valores: -----

- A 4ª Alteração às GOP, tem como Inscrições/Reforços o valor de 201.150,00 €, e em Diminuições/Anulações o valor de 184.500,00 €, e nda consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“ Aprovo a presente 4ª alteração às GOPs/2016. -----
À Câmara Municipal para ratificação. -----
09.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

4ª Alteração ao orçamento da (despesa), a qual tem em Inscrições/Reforços e em Diminuições/Anulações, o valor de 294.200,00 €, e rela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“ Aprovo a presente 4ª alteração ao orçamento/2016. -----
À Câmara Municipal para ratificação. -----
09.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----
DEVOLUÇÃO DE TAXA, NO VALOR DE 127.54 €, À FIRMA: ATELIER DA PIZZA
– UNIPessoal, LDA – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, relativa ao processo n.º 243/65, registada sob o n.º 1942, datada de 07.abril.2016, da responsabilidade da Chefe da DOPGU, Noémia Maia, na qual e em

síntese, se dá conta que por lapso foi cobrado o valor já citado, pelo que se sugere a sua devolução. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré: -----

“Visto. Concordo com o proposto na presente informação. Proceda-se em conformidade e em devida articulação com a DAG, enviando para os devidos efeitos o presente Processo à consideração superior do Sr. Presidente da Câmara, tendo em vista a deliberação que para o efeito se justifica por parte da Câmara Municipal. -----

08.abril.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta, conforme definido na informação DOPGU e no despacho do Sr. Vereador do respetivo Pelouro. -----

LICENCIAMENTO – PARECER FINAL - TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o seguinte processo: -----

- O registado com o n.º 6596, Pº 22/15, respeitante a Alcapredial – Investimentos e Imobiliário, SA, com sede no lugar do marujo, Apartado 75, Bugalhos – Alcanena. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2016/05/12 6596/16 4, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU, Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 14.maio.2016, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

LIBERTAÇÃO TOTAL DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO. -----

EMPREITADA DE “CONSERVAÇÃO, AMPLIAÇÃO E OUTRAS PEQUENAS CONSTRUÇÕES – CENTRO ESCOLAR DA COUTADA E CENTRO ESCOLAR SENHORA DO PRANTO ” - INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 11.maio.2016, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação das cauções prestadas e restituídas as quantias retidas como garantia da obra, à

firma: Encobarra – Engenharia e Construção, SA, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de libertação de garantias bancárias e reforços de caução. -----

ERROS E OMISSÕES - “CASA (CAPELA) MORTUÁRIA DA GAFANHA DO CARMO” – INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, datada de 17.fevereiro.2016, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta de uma lista de erros e omissões relativos aos trabalhos referenciados em título, e que se encontram discriminados e justificados em documentos anexos à presente informação, sendo que os mesmos não conduzem à alteração do preço base. -----

Sugere-se ainda, que o novo prazo de entrega das propostas passe a ser o dia 23.fevereiro.2016. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a lista de Erros e Omissões. Enviar à Câmara para ratificação. -----
17.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Presidente. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---

COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo

Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados pelos doze munícipes/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2 de 04/01/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

-Seis participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

-Cinco participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

-Uma participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

13.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia

Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por três agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 175 de 15/01/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de **512,42 Euros**, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

13.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CERCIAV – APOIO AO ARRENDAMENTO À HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por dois agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a CERCIAV se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado da informação anexa, ficando a utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 175 de 15/01/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao CERCIAV, no valor de **203,40 Euros**, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

13.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CSPNSN – APOIO AO ARRENDAMENTO À HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por um agregado familiar e a respetiva Informação Social anexa. -----

4.º - Que o Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado da informação anexa, ficando a utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 175 de 15/01/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré, no valor de **88,59 Euros**, para apoio à participação no pagamento do valor das rendas de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

13.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
SCMI – APOIO AO EMPRÉSTIMO À HABITAÇÃO – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada, pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----
1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----
2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea c) “apoio ao empréstimo à habitação”. -----
3.º - O pedido de apoio solicitado por um agregado familiar e as respetiva Informação Social anexa. -----
4.º - Que a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado da informação anexa, ficando o utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----
5.º - Que o Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo possui um crédito no valor total de 172,89 Euros, que deverá ser abatido. -----
6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 175 de 15/01/2016, pelo que, -----
Proponho: -----
Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual que não será transferido para a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, por deter um crédito, nomeadamente para apoio à participação no pagamento do valor das prestações de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----
O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----
Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----
13.maio.2016”. -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----
ATIVIDADES NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DO TRABALHADOR
- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA DA SENHORA DOS
CAMPOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS
CORRENTES) – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

- 1) Que a Comemoração do 1º Maio – Dia do Trabalhador constitui já um evento com grande tradição no Concelho de Ílhavo, nomeadamente da zona da Senhora dos Campos, reunindo anualmente largas centenas de pessoas; -----
- 2) Que a edição de 2016 resultou, mais uma vez, de uma parceria nomeadamente entre a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Senhora dos Campos e a Câmara Municipal de Ílhavo, proporcionando ao público um programa diversificado, com atividades de âmbito musical, desportivo e cultural, etc. -----
- 3) Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 1290 de 16/05/2016 no valor de 750,00 Euros. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação de um subsídio pontual no valor de 750,00 Euros a esta Associação, para fazer face nomeadamente às despesas relativas à atuação dos Grupos Musicais, no âmbito da comemoração do Dia do Trabalhador 2016. -----

O Vereador da Cultura, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

16.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ÍLHAVO SEA FESTIVAL 2016 – LISTAS DOS SORTEIOS RELATIVAS AO
EMBARQUE DE INSTRUENDOS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE
CONHECIMENTO. -----

Presente a informação supra, datada de 16.maio.2016, elaborada pelo Vereador com o Pelouro da Cultura, Paulo Costa, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta das listas sorteadas para o embarque de instruendos no âmbito da já citada atividade

“Ílhavo Sea Festival 2016”, para as duas viagens: Cadiz – Ílhavo, de 30 de julho a 5 de agosto e Ílhavo – Coruña, de 08 a 13 de agosto. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS – APROVAÇÃO DOS VALORES DE INGRESSO PARA AS DIFERENTES ATIVIDADES – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 12.maio.2016, elaborada pela Membro da Unidade da Direção do MMI, Paula Ribeiro, corroborada pelo Vereador com o Pelouro da Cultura, Paulo Costa, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere os valores a cobrar no âmbito das diversas atividades, no já aludido “Dia Internacional dos Museus”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da presente informação. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

ABASTECIMENTO. -----

MERCADO DA COSTA NOVA - CEDÊNCIA DAS BANCAS 15 E 16 – CADUCIDADE DA LICENÇA DE OCUPAÇÃO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 04.maio.2016, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Ana Patrícia Araújo, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta de um requerimento emanado por: Maria Luciana da Silva Tavares, titular das bancas referenciadas em título, no sentido da transmissão da titularidade das sobreditas bancas para a sua filha: Ana Bela Tavares Ferreira, aduzindo para o efeito um conjunto de razões que se encontram densificadas no citado requerimento. -----

Atentos os pressupostos legais que podem conduzir à aceitação, por parte da Câmara Municipal de Ílhavo, da referida transmissão legal, sugere-se à requerente a entrega de um conjunto de documentos que comprovem as alegações contidas no citado requerimento, e bem assim outras alternativas que possam produzir os efeitos pretendidos, e que se encontram elencados na aludida informação. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Vice- Presidente da Câmara: -----

“Visto. Tendo presente a análise efetuada ao presente processo, e face ao que na informação prestada pelo GAJNEF é referenciado, propõe-se conforme se aponta na alínea b) das suas conclusões, que se declare a intenção de caducidade da licença de ocupação das bancas n.ºs

15 e 16 do Mercado da Costa Nova, emitidos a favor da Sr.^a Maria Luciana da Silva Tavares, com fundamento nas alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo 16º do Regulamento do Mercado Municipal da Costa Nova. Assim sendo, e tendo presente a referência feita pelos serviços acima citados, deverá o presente processo ser remetido à consideração superior do Sr. Presidente da Câmara, com vista à deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal. Ao GAJNEF para promover o seguimento do presente despacho. -----
09.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**MERCADO DA COSTA NOVA – BANCAS N.ºS 35, 48, 50, 52, 53, 54 E 56 –
CADUCIDADE DAS LICENÇAS DE OCUPAÇÃO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. ---**

Presente a informação supra, datada de 13.maio.2016, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Ana Patrícia Araújo, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que as bancas referenciadas em título, se encontram devolutas, sem que os respetivos titulares, por algum meio, tenham dado conta dessa situação à Câmara Municipal, nos termos e condições previstos no respetivo Regulamento. -----

Nestes termos, e atentos os pressupostos densificados na já citada informação, sugere-se que a CMI declare intenção de caducidade da licença de ocupação daquelas bancas, com fundamento nas alíneas e) e f) do n.º 1, do artigo 16º do regulamento do Mercado municipal da Costa Nova. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Vice - Presidente da Câmara: -----

“Visto. Tendo presente a análise efetuada ao presente processo, e face ao que na informação prestada pelo GAJNEF é referenciado, propõe-se conforme se aponta na alínea b) das suas conclusões, que se declare a intenção de caducidade da licença de ocupação das bancas n.ºs 35, 48, 50, 52, 53, 54 e 56 do Mercado da Costa Nova, Assim sendo, e tendo presente a referência feita pelos serviços acima citados, deverá o presente processo ser remetido à consideração superior do Sr. Presidente da Câmara, com vista à deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal. Ao GAJNEF para promover o seguimento do presente despacho. -----
16.maio.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes (4) quatro Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1 - Da Empreitada “Novo Quartel da GNR de Ílhavo” – 1ª Situação Contratual, no valor de € 2.224,24 (dois mil, duzentos e vinte e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Construções Refoiense, Lda. -----

2 - Da Empreitada “Requalificação com Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo da Gafanha da Nazaré” – 5ª Situação Contratual, no valor de €5.604,93 (cinco mil, seiscentos e quatro euros e noventa e três cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Hino ao Sucesso – Sociedade de Construção Unipessoal, Lda. -----

3 - Da Empreitada “Requalificação com Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo da Gafanha da Nazaré” – 1ª Situação de Trabalhos a Mais, no valor de € 10.548,60 (dez mil, quinhentos e quarenta e oito euros e sessenta cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Hino ao Sucesso – Sociedade de Construção Unipessoal, Lda. -----

4 - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Requalificação da Rua D. Manuel Trindade Salgueiro” – 9ª Situação Contratual, no valor de € 13.154,80 (treze mil, cento e cinquenta e quatro euros e oitenta cêntimos), com IVA incluído, adjudicada ao consórcio externo constituído pelas firmas: Rosas Construtores, SA e DVIA – Engenharia e Construção, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes quatro autos e proceder ao pagamento. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 16.50 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----